



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2013

PROCESSO Nº 08320.026036/2012-54

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE  
OBRA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento, preparação e distribuição automática de café, com materiais e equipamentos, acessórios e produtos necessários à execução, além das máquinas, será fornecido também todos os equipamentos, acessórios e produtos necessários a realização dos serviços, no âmbito da sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso e suas descentralizadas (delegacias de Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2.DOS VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Local de prestação dos serviços	(A) Franquia mensal por equipamento	(B) Qtd. de Máq.	Valor de Referência	
					(C) Valor Unitário Dose R\$	(D) Subtotal D = A x B x C
01	Prestação de serviços de fornecimento, preparação e distribuição automática de café, com materiais e equipamentos, acessórios e produtos necessários à execução.	CUIABÁ	900 doses	04		
		BARRA DO GARÇAS		01		
		CÁCERES		01		
		RONDONÓPOLIS		01		
		SINOP		01		



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

<b>TOTAL MENSAL = <math>\Sigma(C)</math></b>	
<b>TOTAL ANUAL = <math>\Sigma(C) \times 12</math> meses</b>	
<b>PREÇO POR DOSE EXCEDENTE R\$</b>	

**\*OBS. 1:** O valor da dose adicional não poderá exceder o valor da dose unitária da franquia.

**\*OBS. 2:** Nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, taxa de administração, previsão de lucro, manutenção, componente e peças de reposição, depreciação dos equipamentos, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao comprimento integral dos serviços objetos da contratação.

### 1.3. COMPOSIÇÃO DOS VALORES

**QUADRO 01 – VALOR MÉDIO POR DOSE**

	FRANQUIA MÍNIMA DOSES POR MÁQUINA UNID.	QUANTIDADE DE MÁQUINAS UNID.	(A) CONSUMO TOTAL DAS FRANQUIAS POR MÊS QUANT.	(B) VALOR MENSAL DO CONSUMO R\$	(C) VALOR ANUAL DO CONSUMO R\$	VALOR POR DOSES R\$ (B÷A)	MÉDIA DO VALOR POR DOSE R\$
CAFELIZ - Café Gourmet	500	08	4.000	3.600,00	43.200,00	<b>0,90</b>	<b>0,90</b>
C&C COFFEE - Máquinas p/ Café Expresso	875		7.000	4.445,50	53.346,00	<b>0,64</b>	
PR SERVIÇOS - ME	500		4.000	4.600,00	55.200,00	<b>1,15</b>	

Obs.1: Os valores por doses foram encontrados da divisão do valor mensal do consumo –

Letra (B) – pelo consumo total das franquias por mês – Letra (A). Ex.: R\$ 3.600,00 ÷ 4.000 = R\$

0,90

**QUADRO 02 – VALOR MÉDIO POR DOSE EXCEDENTE**

	VALOR POR DOSES <b>EXCEDENTE</b> R\$	MÉDIA DO VALOR POR DOSE EXCEDENTE R\$
--	--	---



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CAFELIZ - Café Gourmet	<b>0,70</b>	<b>0,62</b>
C&C COFFEE - Máquinas p/ Café Expresso	<b>0,31</b>	
PR SERVIÇOS - ME	<b>0,86</b>	

**QUADRO 03 – VALORES DE REFERÊNCIA PARA O CONTRATO DE FORNECIMENTO AUTOMÁTICO DE CAFÉ**

	FRANQUIA MÍNIMA POR MÁQUINA - DOSE - UNID.	QUANTIDADE DE MÁQUINAS LICITADAS	(A) CONSUMO TOTAL DAS FRANQUIAS POR MÊS QUANT.	(B) VALOR MÉDIO POR DOSE R\$	(B) VALOR MENSAL DO CONSUMO R\$	(C) VALOR ANUAL DO CONSUMO R\$
FRANQUIA MÍNIMA	900	08	7.200	0,90	<b>6.480,00</b>	<b>77.760,00</b>

**1.3.1.** O valor mensal da contratação é de **R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais)**, totalizando um valor global de **R\$ 77.760,00 (setenta e sete mil setecentos e sessenta reais)** para o período de 12 meses.

**1.3.2.** Os valores apurados para definição dos preços por doses são de **R\$ 0,90 (noventa centavo)** para a franquía mínima e **R\$ 0,62 (sessenta e dois centavos)** para a dose excedente.

## **2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** Este termo de referência decorre da iniciativa da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso e suas descentralizadas para melhorar o nível de serviços prestados, tendo como objetivos, melhoria dos serviços de fornecimento de café, ocasionado pelo fim do contrato de copa no mês de maio/2012, e mediante a contratação descrita no objeto desta TR,



SR/DPF/MT

Fls.....

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

consistirá em uma economia considerável no processo, que decorrerá das seguintes ocorrências:

- 2.1.1. Melhor higienização no preparo do café, devido à ausência de manipulação direta, bem como a limpeza, higienização e manutenção das máquinas por funcionários especializados e produtos próprios.
  - 2.1.2. Economia em decorrência da eliminação de desperdício de café, copos, gás e açúcar proveniente de sobras diárias, da eliminação de prejuízos com garrafas danificadas. Possibilitando também o controle do limite a ser consumidas.
  - 2.1.3. Facilitação da gestão administrativa, com redução de procedimentos administrativos e de fiscalização envolvida no controle de pessoal e estoque, além da compra e da distribuição de insumos.
  - 2.1.4. Atender adequadamente servidores, autoridades, terceirizados e visitantes da SR/DPF/MT e nas descentralizadas.
  - 2.1.5. Praticidade oferecendo autonomia dos equipamentos nos períodos extraordinários nos finais de semana, feriados e expedientes noturnos, proporcionando o pronto atendimento.
  - 2.1.6. Redução de custos de mão de obra terceirizada, podendo substituir a contratação dos serviços terceirizados de copa.
- 2.2. Vale ressaltar que os serviços pretendidos não são adequados ao atendimento a demandas concentradas, como eventos (coffe-break e assemelhados) por causa do tempo necessário para a preparação de cada dose nos equipamentos disponíveis no mercado (em torno de 30 segundos/dose). Sendo necessária a contratação dos serviços de copeiro(a)/Buffet para os referidos eventos.

### **3. DA VISTORIA**

- 3.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, comprovando que o licitante esteve nos locais onde os serviços, objeto desta licitação, serão executados e tomou pleno conhecimento de sua extensão e peculiaridade. O prazo para vistoria iniciar-se-á



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**3.2.** Para a vistoria deverá ser efetuada de acordo com o Art. 30, III, Lei nº 8.666/93 e as empresas poderão efetuar vistoria nas instalações, no horário das 09:00 às 11:30 e das 14:30 às 17:30 horas, lembrando que deverá ser agendado por telefones, conforme endereço a seguir:

- ***SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO***

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205, 1º Andar, Sala 109 - Bairro Baú – Cuiabá/MT – CEP: 78.008-902  
Fone: (65) 3614-5645

- ***DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM BARRA DO GARÇAS/MT***

Rua Simião Arrai, 377, Centro – Barra do Garças/MT – CEP: 78.600-000  
Fone: (66) 3402-3100

- ***DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM CÁCERES/MT***

Av. Getúlio Vargas, 2125 – Bairro COC – Cáceres/MT – CEP: 78.200-000  
Fone: (65) 3211-6305

- ***DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM RONDONÓPOLIS/MT***

Rua Sete de Setembro, 558 – Bairro Vila Birigui – CEP: 78.705-010  
Fone: (65) 3439-6200

- ***DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM SINOP/MT***

Av. das Figueiras, 1115, Centro – CEP: 78.550-000  
Fone: (66) 3511-8200

#### **4. TIPO DE EQUIPAMENTO E DE PRODUTOS SERVIDOS**

##### **4.1. DO TIPO DE EQUIPAMENTO**



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- 4.1.1. Máquina automática de café expresso, sistema “*self-service*”, utilizando café em grãos, a serem moídos na hora e insumos para o fornecimento do mesmo, possuindo completo sistema de higiene, com dispositivos automáticos que eliminam a sobra de produtos sólidos em depósitos específicos e efetue lavagem com água aquecida.
- 4.1.2. Todas as fases de preparação dos produtos deverão ser automatizadas, dispensando qualquer contato manual, inclusive copos e mexedores, que deverão estar em compartimento próprio no interior da máquina.
- 4.1.3. As máquinas deverão ser novas ou seminovas, em excelentes condições de uso, com programação e visualização de contador geral e identificador de máquina, sendo que a CONTRATADA além de arcar com as despesas de transportes e de instalação, bem como outras quaisquer em relação ao equipamento, deverá ainda fornecer o manual do equipamento, bem como prestar instruções técnicas sobre o equipamento.

#### 4.2. DOS INSUMOS

- 4.2.1. Todas as despesas dos insumos utilizados para abastecimento das máquinas, EXCETO, os galões de água mineral, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.2.2. A validade e a integridade dos produtos fornecidos serão de total responsabilidade da CONTRATADA, cabendo ao CONTRATANTE, inspeção dos produtos na entrega.
- 4.2.3. Os insumos a serem utilizados nas máquinas deverão ser de qualidade comprovada e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE, tais como:
  - 4.2.3.1. Açúcar cristal em embalagem de 5g (Sachê).
  - 4.2.3.2. Café em grãos, contendo Selo de Pureza da ABIC.
  - 4.2.3.3. Copo plástico descartável de boa qualidade, devendo ser compatível com o equipamento ser de material apropriado para o uso ao qual se destina, e que atenda, no mínimo, as especificações da NBR/ABNT 14.865/2002; e,



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

4.2.3.4. palheta plástica de boa qualidade, compatível com o equipamento e de material apropriado para o uso ao qual se destina.

#### 4.3. DO FATURAMENTO

4.3.1. A remuneração dos serviços prestados pela CONTRATADA se fará **exclusivamente pelo preço unitário por dose**, multiplicado pelo consumo medido do café, em periodicidade mensal.

4.3.2. Não haverá pagamento a título de taxas de instalação, de acessórios, de transportes, bem como quaisquer outros custos e despesas para que o equipamento seja posto e mantido em pleno funcionamento nas dependências da CONTRATANTE.

4.3.3. Será adotado sistema de franquia para fins de faturamento, com as seguintes características:

4.3.3.1. A CONTRATADA garantirá, a cada período de 30(trinta) dias corridos à CONTRATANTE pelo conjunto das 08(oito) máquinas, uma franquia de **7.200 (sete mil e duzentas) doses**, ou seja, **900 doses** por máquinas. Para efeito de cálculo da franquia mínima e real do consumo, serão consideradas as doses efetivamente consumidas no período de 30 (trinta) dias corridos, mediante a leitura do contador dos equipamentos.

4.3.3.2. Caso haja medição inferior ao valor da franquia mensal em algum período, o faturamento dos **excedentes** dos meses subsequentes somente se dará no primeiro mês em que a soma dos excedentes desses meses subsequentes ultrapassarem o quantitativo verificado naquele mês em que não havia sido atingida a franquia. Esse faturamento corresponderá ao saldo excedente observando no período.

4.3.4. Não serão computadas, para fins de faturamento, as quantidades (doses identificadas pelo registrador do equipamento) não utilizadas para fins de consumo por ocasião de procedimentos de manutenção e higienização das máquinas.



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

4.3.5. O boletim de leitura será mensal, assinado pelo representante da CONTRATADA e pela fiscalização da CONTRATANTE.

**5. VIGÊNCIA DO CONTRATO E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso IV, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/1993.

5.1.1. Toda prorrogação de contrato será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

5.2. A execução dos serviços será iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União e após emissão da Ordem de Execução dos Serviços.

5.2.1. A CONTRATADA deverá implantar todos os equipamentos, em todas as localidades, a partir do disposto no subitem acima, colocando à disposição da CONTRATANTE, equipamentos novos ou seminovos, em excelentes condições de uso, necessários à boa execução dos serviços ora contratados.

**6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente





SR/DPF/MT

Fls.....

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 6.3. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, nas dependências da Superintendência e suas descentralizadas para execução dos serviços de manutenção e reabastecimento dos equipamentos.
- 6.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.
- 6.5. Fornecer condições adequadas para a instalação dos equipamentos, de acordo com as especificações da proposta.
- 6.6. Comunicar a CONTRATADA, sempre por escrito, das solicitações de serviços e quaisquer alterações em sua execução.
- 6.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre qualquer ocorrência considerada irregular, bem como quaisquer defeitos ou imperfeições observadas na execução do serviço, ficando prazos para as devidas correções, aplicando, conforme o caso, eventuais multas.
- 6.8. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução do serviço, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 6.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

**7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 7.1. A CONTRATADA, além do fornecimento dos equipamentos e produtos necessários para a perfeita execução do serviço de fornecimento de café na Superintendência e nas descentralizadas, obrigar-se-á:
  - 7.1.1. Executar diretamente o serviço contratado; não serão admitidas alegações ou transferência de responsabilidades para terceiros ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE.
  - 7.1.2. Executar a manutenção dos equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE,



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

responsabilizando-se pela substituição de peças necessárias para a manutenção de seu pleno funcionamento.

- 7.1.3. Responder nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- 7.1.4. Caberá ao CONTRATADO o fornecimento, além dos equipamentos automatizados, produtos próprios de limpeza e higienização das mesmas, quadro sinalizador, ferramentas, bancada de manutenção, peças de reparos e de reposição, carrinhos, mochilas, estabilizadores de tensão, no-break e outros necessários à boa operação e execução dos serviços.
- 7.1.5. O fornecimento dos materiais de consumo, discriminados neste Termo de Referência, ficando facultada ao CONTRATANTE a aquisição dos materiais reiteradamente solicitados e não fornecidos, cuja falta venha a comprometer o fornecimento do serviço, ficando, também, facultado ao CONTRATANTE efetuar desconto, correspondente ao valor despendido com os materiais faltantes, na fatura do mês em que o fato ocorrer, sem prejuízo das sanções contratuais.
- 7.1.6. Submeter, para fins de aprovação pela fiscalização do CONTRATANTE, amostras dos insumos a serem utilizados para a preparação e fornecimento de café, para fins de aprovação pela fiscalização do CONTRATANTE, não empregando aqueles desaprovados sob pena de glosa em fatura.
- 7.1.7. Efetuar a reposição das quantidades consumidas dos produtos dos equipamentos, mantendo-a sempre abastecida, sob pena de aplicação de multa prevista no item 12 neste Termo de Referência.
- 7.1.8. Efetuar a higienização e dedetização das máquinas, com periodicidade não superior a 06 (seis) meses.
- 7.1.9. No fornecimento dos insumos, apresentar data de fabricação, validade e procedência.



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- 7.1.10. Substituir os equipamentos em até 24(vinte e quatro) horas, após a comunicação do CONTRATANTE, quando apresentarem defeitos, devendo haver autorização formal do mesmo para a retirada.
- 7.1.11. Atender, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as solicitações de reparos ou recarga de equipamentos aos usuários, devidamente aprovados pela CONTRATANTE.
- 7.1.12. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos de ordem técnica que impossibilitaram o cumprimento dos prazos previstos.
- 7.1.13. Refazer, às expensas, todo e qualquer trabalho determinado como ineficiente ou insuficiente pela CONTRATANTE.
- 7.1.14. Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 7.1.15. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração seja de que natureza for, desde que praticada por seus empregados no recinto da CONTRATANTE.
- 7.1.16. Assumir todas as responsabilidades dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, nas dependências da CONTRATANTE, durante os serviços de abastecimento e/ou manutenção dos equipamentos.
- 7.1.17. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do CONTRATANTE.
- 7.1.18. Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 7.1.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.



SR/DPF/MT

Fls.....

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

- 7.1.20. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes.
- 7.1.21. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, inclusive aquelas utilizados sob condições rotineiras.
- 7.1.22. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os empregados, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes asseguram e demais exigências legais para o exercício das atividades.
- 7.1.23. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente os referentes à segurança e a medicina do trabalho.
- 7.1.24. Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme.
- 7.1.25. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços.
- 7.1.26. Usar produtos que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade e embalagens originais de fábrica ou de comercialização que não causem danos a pessoas ou a itens objeto desta contratação.
- 7.1.27. Dispor de mão-de-obra especializada e treinada para a execução do serviço contratado; e,
- 7.1.28. não será permitida a aposição de qualquer tipo de propaganda ou identificação comercial nos equipamentos ou dependência da CONTRATANTE, exceto a do fabricante no corpo do equipamento.

**8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**9. DA GARANTIA**



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- 9.1. Para a execução das obrigações assumidas, a SR/DPF/MT exigirá da Empresa vencedora, na assinatura do Contrato, a prestação da garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor total, podendo ser utilizada qualquer uma das modalidades prevista no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;
- 9.2. Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal – CEF, conforme determina o art. 82, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, sendo esta devolvida, atualizada monetariamente pela CEF, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.
- 9.3. Se a opção de garantia for a seguro-garantia ou fiança bancária, deverá conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.
- 9.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 9.5. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.
- 9.6. O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.
- 9.7. Havendo interesse em estender a vigência contratual, a SR/DPF/MT exigirá reforço da garantia.
- 9.8. A Contratante fica obrigada a recompor o valor inicial da garantia nos seguintes casos:
- a) quando for utilizado para ressarcimento de prejuízos;
  - b) para cobrir multas; e,
  - c) para acréscimos/supressões do valor contratado. (art.65, § 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93).



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

9.9. A garantia solicitada deverá possuir **validade de três meses após o término da vigência contratual** e somente será liberada, ante a comprovação de quitação de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

**9.10.** Caso não haja comunicação referente à quitação descrita no subitem anterior, até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, o valor da garantia será utilizado pela Contratante para o pagamento das verbas trabalhistas, conforme disposto no inciso XIX, do art. 18, da IN Nº02/SLTI/MPOG.

**10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73, da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º, do Decreto nº 2.271, de 1997.

10.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

10.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a



SR/DPF/MT

Fls.....

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização), da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **11. DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÕES**

11.1. No interesse do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

11.2. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária;

11.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.



SR/DPF/MT

Fls.....

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

**12. DAS SANÇÕES**

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantidas o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência deverá ser feita através de notificação, por meio de ofício, mediante contra-recibo à Contratante, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas.

12.1.2. Multa de 0,2% (dois décimos por cento), por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades.

12.1.3. Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades.

12.1.4. Multa indenizatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total.

12.2. No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

12.3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.

12.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela Contratante, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e aceito pela CONTRATANTE.

12.6. A Contratante ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, quando:





SR/DPF/MT

Fis.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- 12.6.1. Deixar de celebrar ou de assinar o contrato ao ser convocado dentro do prazo de validade da proposta.
- 12.6.2. Deixar de entregar documentação exigida no edital.
- 12.6.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame.
- 12.6.4. Fizer declaração falsa.
- 12.6.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato.
- 12.6.6. Não mantiver proposta.
- 12.6.7. Falhar na execução do contrato.
- 12.6.8. Fraudar a execução do contrato.
- 12.6.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 12.7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a Contratante deverá ser descredenciada (a), por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.
- 12.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.9. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
  - 12.9.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 12.9.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
  - 12.9.3. que demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



SR/DPF/MT

Fls.....

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- 12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade; e,  
12.12. as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**12 DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. As empresas deverão contemplar em suas propostas todos os itens necessários à adequada realização dos serviços, mesmo que não estejam explicitados neste termo de referência.  
12.2. Os casos omissos e dúvidas suscitadas serão dirimidos por meio de pedidos de esclarecimentos, conforme e-mail e prazo informado no edital.

Cuiabá - MT, 05 de julho de 2013.

(ORIGINALS ASSINADOS)

**ELIZIER GENTIL DE SOUZA**  
Chefe do SELOG/SR/DPF/MT  
Matrícula 12.638

**APROVAÇÃO:**

Nos termos do inciso II, do art. 9º, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório conforme legislação pertinente.

(ORIGINALS ASSINADOS)

**ELZIO VICENTE DA SILVA**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional  
SR/DPF/MT